

A Guerra Contra o Paraguai:

História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]

Mário Maestri ¹

Resumo: Este artigo discute a gênese da historiografia brasileira sobre a guerra do Paraguai em três momentos: primeiro, a instauração inicial de historiografia nacional-patriótica, inicialmente escrita sobretudo por oficiais brasileiros que participaram do conflito. Segundo, revisão da historiografia liberal-patriótica sobre a guerra, no Paraguai, Argentina e, finalmente, Brasil, com destaque para o trabalho de J.J. Chiavenatto. Terceiro, no contexto da maré neoliberal dos anos 1980, o processo de restauração das interpretações nacional-patrióticas brasileiras, apoiada sobretudo nos lapsos da obra de Chiavenatto.

Abstract: This paper deals with the origin of the Brazilian historiography on the Paraguay War. It is subdivided into three historical moments, beginning with the instauration of national-patriotic historiography, initially written especially by Brazilian officers who had taken part in the conflict. Secondly, it presents a revision of the liberal-patriotic historiography on the war, in Paraguay, Argentina and, finally, Brazil, with a particular attention to J.J Chiavenatto work. Finally, it expounds, in the context of the neo-liberalism movement of the 1980's, the process of restoration of the Brazilian national-patriotic interpretations, based most of all on a critique of Chiavenatto's book lapses.

1. Paraguai; 2. Brasil; 3. Argentina; 4. Uruguai; 5. Guerra do Paraguai

1. Paraguay; 2. Brazil; 3. Argentine; 4. Uruguay 5. War of Paraguay

I. A instauração historiográfica: a historiografia de trincheira

A guerra contra o Paraguai foi acontecimento central da história do Brasil da segunda metade do século 19. Em sentido lato, as ações militares iniciaram-se em 16 de outubro de 1864, com a intervenção do Império no Uruguai contra o autonomismo *blanco*, exigida pelos criadores rio-grandenses instalados no norte daquele país e pela política imperial no Prata, e concluíram-se, em 1º de março de 1870, com a morte de Solano López, com o Paraguai sob ocupação militar.

Dos 150 mil brasileiros que teriam participado no confronto, talvez até cinquenta teriam morrido. Uns 0,5% dos dez milhões de habitantes do Brasil em 1872. Os gastos com o esforço militar comprometeram por mais de uma década as finanças do Brasil, ainda que o país recebeu indenização até a II Guerra Mundial, conquistou importantes territórios ao Paraguai e estabeleceu relação hegemônica sobre o país. Com talvez quatrocentos mil

¹ Doutor em História pela UCL, Bélgica, Professor do PPGH da UPF, RS.

habitantes, o Paraguai teve a população sobretudo masculina dizimada. O país foi ocupado, amargou perdas territoriais, arcou com indenizações de guerra, teve terras públicas privatizadas, foi obrigado a endividar-se, teve seu amplo campesinato destruído.

A guerra mostrou o anacronismo do Brasil escravista para enfrentar esforço militar moderno. Durante o confronto, a luta abolicionista, o grande movimento *nacional* em gestação, foi imobilizada, retardando possivelmente a abolição da escravatura de alguns anos.² Os partidos liberal e conservador apoiaram luta rejeitada pelas classes populares e subalternizadas, sem que qualquer força institucional do país se opusesse a ela.³

As forças armadas imperiais conheceram salto qualitativo e quantitativo transitório [Exército e Marinha]. Até então, o exército participara apenas de combates internos e de operações intervencionistas no Prata. A guerra ensejou a gênese da idéia do Exército-oficialidade como *encarnação* da honra e dos destinos do país.

Historiografia de Trincheira

As primeiras obras brasileiras de cunho memorialista sobre a Guerra foram realizadas durante e imediatamente após o conflito.⁴ Trataram-se sobretudo de narrativas sobre o heroísmo e a abnegação das forças armadas do país em defesa do Brasil e da “civilização”, agredidos por “barbárie” corporificada pelo *ditador* paraguaio. Comumente produto de ex-combatentes, essa produção registrou uma leitura dos fatos desde a *trincheira* imperial brasileira.⁵

Destaca-se nessas obras a célebre *Retirada da Laguna*: episódio da Guerra do Paraguai, do jovem engenheiro-militar Alfredo de Escagnolle-Taunay, publicada em 1871, em francês, “por ordem do governo brasileiro”.⁶ Seu sucesso de público transformou os fatos narrados em legenda paradigmática do confronto. Ela narra a expedição que, enviada do litoral, no início da guerra, para abrir segunda frente no norte do Paraguai,

² Cf. Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

³ Cf. Lemos, Renato. (Org.) *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Casa de Benjamin Constant, 1999.

⁴ Cf. entre outros: DIAS, Satyro de Oliveira. *Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai*. Salvador: Diários, 1870; Madureira, Cel. Antônio de Sena [1841-1889] *Guerra do Paraguai*: resposta ao sr. Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada. Brasília: EdUNB, 1982.

⁵ Cf. Sousa, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996. p. 19-23.

⁶ Cf. Taunay, Alfredo d’ Escagnolle. [1843-1899] *A retirada da Laguna*: episodio da Guerra do Paraguay. Traduzida da 3 ed. francesa por B.T. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. [*La Retraite de Laguna*: Épisode de la Guerre du Paraguay. Rio de Janeiro 1871]. P.XV.

invadiu em janeiro de 1867, com 1.600 homens, poucos quilômetros daquele país, até a fazenda da Laguna, para empreender a seguir, desastrada retirada, sobretudo em território mato-grossense, fustigada pelos paraguaios.⁷

O relato desvela cenários em contradição com a retórica patriótico-militarista habitual nessa literatura: operação arriscada e mal planejada, decidida por oficiais sedentos de consagração; o medo, o suicídio, a indisciplina e a deserção; o abandono de combatentes doentes; o hábito do saque.⁸ Fora algumas referências depreciativas a Solano López, o livro registra comumente a admiração com a belicosidade, disciplina, engenhosidade e operosidade dos *guaranis*.⁹

A obra assinala a cultura habitual nessa produção memorialista de defesa intransigente pela oficialidade da *honra* e dos *brios* do país feridos pela “agressão” paraguaia. Como habitual nessa produção, não há quase descrições dos soldados, jamais nominados, a não ser no geral, como combatentes, doentes, desertores, etc. *A retirada da Laguna* ensejou narrativas patrióticas subseqüentes apresentando a patética operação como feito bélico e humano superior aos mais heróicos atos militares universais

A narrativa memorialista sobre a guerra contra o Paraguai foi produzida em geral por oficiais e profissionais liberais que participaram da Guerra, sem grandes informações sobre suas razões profundas, sobre o Paraguai e sua sociedade e, não raro, sobre o próprio Império, uma entidade na época sobretudo política, devido à fortíssima regionalização do país.

Historiografia Republicana

O golpe republicano de 15 de novembro de 1889 expressou os interesses dos grandes proprietários provinciais, desobrigados pela superação da escravatura, em maio de 1888, da sustentação do centralismo monárquico, principal defensor daquela instituição.¹⁰ Ele deu-se sob a ação direta da alta oficialidade, interessada na consolidação e radicalização das propostas das forças armadas como representantes dos interesses da nação.¹¹

⁷ Cf. Id.ib. p. XXV.

⁸ Cf. Id.ib. p. 56, 73, 77, 105, 156-59, 165-69; 177, 182, 212.

⁹ Cf. Id.ib. pp. 54, 64, 65, 75, 104, 106, 113, 126, 131, 141.

¹⁰ Cf. Maestri. *A Escravidão e a gênese do Estado Nacional Brasileiro*. In: Seminário Internacional Além do apenas moderno, 2001, Recife. Além do apenas moderno. Brasil séculos XIX e XX. Recife : Massangana, 2001. v. 1. pp. 49-77.

¹¹ Cf. Sousa, Jorge Luiz Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996. pp. 19-33.

A proposta de identidade nacional republicana, elitista e autoritária, com as forças armadas como guardiãs dos interesses da nação, apoiou-se nas narrativas nacional-patrióticas sobre a guerra contra o Paraguai, fortalecendo-se a historiografia nacional-patriótica sobre aquele confronto. Os oficiais monárquicos maiores que intervieram no conflito foram elevados ao *status* de figuras luminares da nação republicana e das forças armadas. Foram sufocadas as duras críticas à condução militar do conflito, que jamais haviam conhecido real legitimação.¹²

A historiografia republicana consolidou a instauração da narrativa nacional-patriótica construída através da seleção-organização das apologias do Estado e das classes dominantes imperiais. Essa produção despreocupou-se com as razões e os cenários sociais e nacionais da Guerra, privilegiando a apresentação cronológica do confronto, definido como choque entre a *civilização* [o Império] e a *barbárie* [o Paraguai], promovido pela agressão de Solano López, apostrofado de “tirano”, “ditador”, “megalômano” etc.¹³

Para corroborar a visão de embate querido pelo *ditador* paraguaio, essa historiografia consolidou como ponto zero do confronto o aprisionamento do vapor mercante brasileiro Marquês de Olinda, em novembro de 1864, em águas paraguaias, *sem declaração de guerra*. Em geral, pouco destaque foi dado à invasão pelo Império, um mês antes, do Uruguai, apoiado pela Argentina mitrista, fato anunciado anteriormente pelo governo paraguaio como *casus belli*, pois condicionava a saída ao mar do Paraguai à vontade do Império e da Argentina. Essa historiografia ignorou o fato de que o Império preparava-se para guerra, se possível com o apoio e a participação do unitarismo argentino, que sequer reconhecia a independência nacional paraguaia.¹⁴

Historiografia paraguaia

A historiografia republicana brasileira propôs que a guerra fosse apenas contra Solano López, retomando a retórica do Tratado da Tríplice Aliança, que pactuou, no início do conflito, agressão à incolumidade nacional paraguaia através da apropriação de parcelas dos seus territórios; pesadas reparações de guerra; desarmamento do país; sua ocupação;

¹² Cf. Lemos, Renato. (Org.) *Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai*. Ob.cit.; Rebouças, André. *Diário da guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiro, 1973.

¹³ Cf. entre outros: Cerqueira, Gal. Dionísio [Evangelista de Castro]. [1847-1910] *Reminiscência da Campanha do Paraguai*. [1865-1870]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. [1ª ed. 1910.]; Duarte, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. v.; Fragoso, Augusto Tasso. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai [...]*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934. 5 vol.

¹⁴ Cf. Sousa, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: ADESA, 1996. pp. 69-73.

internacionalização de sua navegação interna; etc. Lançou a responsabilidade pela dizimação da população sobre o *ditador* e sobre o próprio povo, por segui-lo naquela *aventura*. Essa literatura encerra-se tradicionalmente com a morte de López, olvidando a aplicação impiedosa das condições do Tratado, que apontavam para as razões estruturais do conflito e para o programa de refundação liberal e dependente do país.

Essa narrativa registrou comumente, quase perplexa, a resistência paraguaia, paradoxo que jamais superou, devido à impossibilidade de explicar o imenso esforço material e humano bélico e as enormes baixas do Império para vergar uma nação de menor importância. Realidade em geral apresentada como produto da preparação militar prévia e do fanatismo e desprezo pela vida paraguaios. A marcialidade paraguaia seguiu como enigma sem resolução para essa historiografia. Ela contribuiu para que a guerra não galvanizasse o imaginário popular brasileiro, que se manteve em geral infenso à retórica nacional-patriótica. A guerra continua sendo cultuada sobretudo pelo Estado brasileiro. Ultimamente, ensaia-se construção de lenda sobre a guerra da história regional e da participação popular no conflito.

As interpretações nacional-patrióticas de inspiração estatal prosseguiram plenamente hegemônicas até a década de 1970, sem questionamentos por parte da historiografia acadêmica ou extra-acadêmica, desde 1964 sob o peso-controle da ditadura militar brasileira.

II. O revisionismo historiográfico: por uma história dos povos

Em um sentido lato, o revisionismo historiográfico, como interpretação contraditória às explicações justificadoras do Império e da Argentina mitrista, é contemporâneo à própria guerra, expressando-se sobretudo através de intelectuais argentinos, que denunciaram o confronto como agressão do Império e do Unitarismo liberal portenho contra os direitos provinciais argentinos e a autonomia uruguaia e paraguaia.¹⁵ Fora exceções, essa narrativa *dissidente* pouca repercussão teve, no passado, e têm, no presente, no Brasil.¹⁶

Apoiado também nessa leitura do conflito, o revisionismo sobre a Grande Guerra tomou igualmente pé no Paraguai. A reorganização liberal do país sob ocupação militar do

¹⁵ Cf. por exemplo: Alberdi, Juan Bautista [1810-1884]. *Las disensiones de las Republicas del Plata Y Las Maquinacione del Brasil*. Montevideo: Imprenta Tipografica a Vapor, 1865. 73 pp; Alberdi, Juan Bautista [1810-1884]. *Los intereses argentinos en la guerra del Paraguay con el Brasil*. Paris: Impresion Privada [1865]. 22 pp.

¹⁶ Cf. Andrada e Silva, Raul de. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978. 267 pp. [Tese de doutoramento, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.]

Império do Brasil promoveu a extensão-adaptação das interpretações imperiais pelas primeiras narrativas paraguaias, com ênfase na responsabilidade pelo conflito de Solano López. Teses abraçadas igualmente pelas classes dominantes paraguaias que colaboraram e se locupletaram na reorganização liberal do país. Desde início do século passado, revisionismo histórico, impulsionado inicialmente sobretudo por Juan E. O' Leary, empreendeu resgate daqueles sucessos desde ótica nacional paraguaia, que destacou o heroísmo do soldado guarani e de López.¹⁷

O *lopismo* alcançou enorme repercussão, ao interpretar contradições sobretudo dos segmentos populares vencidos com as narrativas oficiais dos vencedores e das classes liberais paraguaias. É violência analítica apresentar esse movimento como mero produto de mega-operação imobiliária de herdeiros Solano López, ou deslegitimá-lo devido à sua utilização política pelo Partido Colorado.¹⁸ Essa produção revisionista foi e é praticamente desconhecida pela historiografia brasileira.¹⁹

Desde os anos 1950, no contexto de fenômenos mundiais essenciais – movimento de libertação nacional na Ásia e África; revoluções argelina, vietnamita e cubana; fim da hegemonia stalinistas sobre o marxismo; jornadas mundiais de 1968, etc. –, novas leituras revisionistas procuraram superar as narrativas patrióticas, desvelando as causas essenciais a partir da ótica das classes subalternizadas, na construção de uma história unitária dos povos americanos.

Nesses anos, destaca-se o revisionismo historiográfico argentino sobre a Grande Guerra, como os ensaios de Enrique Rivera e de Milciades Peña, de corte marxista, e os artigos de inspiração americanistas e antiimperialistas de José Maria Rosa.²⁰ Em geral, esses autores aprofundaram e radicalizaram as interpretações *federalistas* argentinas.

Ausências Importantes

¹⁷ Cf. entre outros: *Historia de la guerra de la Triple Alianza* (1912); *Páginas de historia* (1916); *Nuestra epopeya* (1919); *El Mariscal Solano López* (1920); *El Paraguay en la unificación argentina* (1924); *El héroe del Paraguay* (1930); *Los legionarios* (1930); *Apostolado patriótico* (1933).

¹⁸ Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 79-86.

¹⁹ Cf. sobre a vertente *lopista*, hoje, ver: VIDAL, Mário. *Alianza para la muerte*. Argentina: Córdoba: Resistencia: Librería de la Paz, 2005.

²⁰ Cf. Rivera, Enrique. *José Hernández y la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Colihue, 2007. 96 pp.; ROSA, José Maria. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Ayres: Hyspamérica, 1986.

Essa produção passou também quase totalmente despercebida no Brasil, devido aos frágeis laços culturais entre as duas nações e ao golpe militar de 1964, que desorganizou a intelectualidade progressista brasileira e tornou aquele confronto tema praticamente tabu.

O livro do engenheiro britânico George Thompson, que servira no exército paraguaio, foi traduzido ao português, no ano de sua edição, com escassa circulação.²¹ A obra foi conhecida no Brasil sobretudo através das edições argentinas²², que valeram patriótica resposta do coronel Antônio de Sena Madureira.²³ Em 1968, a obra foi reapresentada em português. Escrito em Londres, em 1869, no final da guerra, apesar da interessante informação, o livro é prejudicado pelo esforço do autor em aderir às teses dos vitoriosos e dissociar-se do seu ex-protetor.²⁴

O livro *Il Napoleone del Plata*, do jornalista Manlio Cancogni e do historiador Ivan Boris, publicado, em 1970, na Itália, e traduzido, em 1975, pela Civilização Brasileira, primeiro estudo revisionista de larga divulgação no Brasil, integrou à explicação do confronto o estudo da história do Paraguai, destacando a orientação autonomista, autárquica e anti-oligárquica do dr. Francia, questionada pela oligarquia comercial de Buenos Aires, política que teria favorecido o campesinato de origem guarani.²⁵

Uma orientação autonomista inicial em processo de superação tendencial no longo governo de Carlos Antonio López, que abriu relativamente o país ao exterior e ao capital mercantil, sem romper os laços sociais com o campesinato paraguaio, política seguida no geral por seu primogênito.

O estudo potencializa o desenvolvimento conhecido pelo Paraguai, a partir da propriedade pública de grande parte das terras do país, arrendadas aos camponeses, e do monopólio do comércio exterior, que ensejou a modernização relativa da nação, apesar da sua relativa pobreza. Apresenta leitura inovadora ao público brasileiro: narrativa cronológica dos combates desde *ótica simpática aos paraguaios*; sugestão do país como

²¹ Thompson, Jorge. *A guerra do Paraguai*: com uma resenha histórica do país e seus habitantes. Trad. Aguiar, Augusto da Costa. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1869.

²² Cf. Thompson, George. *La guerra del Paraguay*: acompañada de un bosquejo histórico del país y con notas sobre la ingeniería militar. Buenos Aires: Americana, 1869.

²³ Cf. Madureira, Cel. Antônio de Sena [1841-1889] *Guerra do Paraguai*: resposta ao sr. Jorge Thompson, autor da “Guerra del Paraguay” e aos anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada. Brasília: EdUNB, 1982

²⁴ Cf. Thompson, George. *Guerra do Paraguai*: com um esboço histórico do país e do povo paraguaio e notas sobre a engenharia militar durante a guerra. Trad. e notas de Jobim, Homero de Castro. Prefácio Arthur Cezar Ferreira Reis. Rio de Janeiro: Conquista, 1968. 278 pp.

²⁵ Cancogni, Manlio e Boris, Ivan. *Solano López*: O Napoleão do Prata. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 260 pp.

Estado-nação em consolidação, de sólidas raízes guarani-camponesas; esboço de análise desde as estruturas sociais paraguaias; apresenta perfil mais equilibrado de Solano López, etc.

A publicação italiana teve limitada repercussão no Brasil. Na *orelha* do livro, o editor Enio Silveira apresentou arbitrariamente Solano López como “condutor de povos, chefe militar de grande brilho e coragem incomum”, “patriota paraguaio”, “político em busca de efetiva independência nacional e contrário às oligarquias postas a serviço do imperialismo britânico então dominante”.

Revisionismo no Brasil

Em 1968, León Pomer lançou na Argentina *La guerra del Paraguay: gran negocio!*, publicado no Brasil sob o título *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*, em 1979. O livro despreocupa-se dos confrontos bélicos, empreendendo análise das razões políticas, diplomáticas e econômicas da Guerra, destacando as contradições entre o caráter autárquico e autônomo do Paraguai e as necessidades de penetração do imperialismo no Prata, através das ações dos governos da Argentina e do Império do Brasil. A Inglaterra seria a “grande beneficiária da guerra”.²⁶ O livro conheceria segunda edição e o autor publicaria um outro breve ensaio sobre o tema.²⁷

Em 1978, o historiador Raul de Andrada e Silva, professor aposentado de história da América da USP, publicou sua tese de doutoramento – *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai [1814-1840]*. Apoiado em rica bibliografia platina e paraguaia, sobretudo editada, apresenta complexa análise do processo que ensejou a gênese e consolidação da ditadura autárquica e estatal-monopolista do dr. Francia, como expressão de movimento autonomista paraguaio anti-espanhol e anti-colonialismo portenho, apoiado nos pequenos criadores, plantadores e no largo e amplo campesinato de origem guarani, segmentos sociais interpretados pelo regime *francista*.²⁸

É sintomático que esse trabalho – de singular equilíbrio, erudição e densidade – sobre a fundação do Paraguai independente, processo histórico que determinou tão profundamente os regimes de Carlos Antonio e Francisco Solano López e a própria guerra,

²⁶ Cf. Pomer, León. *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*. 2 ed. São Paulo: Global, 1980. p. 75.

²⁷ Pomer, León. *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. 2 ed. São Paulo: Global, 1982.

²⁸ Andrada e Silva, Raul de. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978. 267 pp. [Série Ensaaios, 3]

tenha sido e seja desconhecido por praticamente todos os trabalhos brasileiros posteriores sobre o grande confronto.

Em março de 1979, com *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, o jornalista Júlio José Chiavenatto, retomando algumas das teses revisionistas, superava as apresentações factuais nacional-patrióticas com ampla discussão das razões do confronto, apresentado como agressão do Império contra a nação e o povo paraguaio, em vez de produto da vontade de líder desvairado. Lançado dias após a posse do último general-ditador, o estudo conheceu enorme consagração, sem qualquer divulgação institucional – 39 edições; tradução ao espanhol; edições piratas no México e no Paraguai [em guarani].²⁹

O livro tornou-se referência da historiografia brasileira, pautando o ensino escolar daqueles sucessos e os futuros estudos sobre a Guerra. A redação para o grande público, sem notas de roda-pé, em linguagem jornalística erudita, facilitou o enorme acolhimento, determinado sobretudo pelo momento da publicação, que condicionou a própria feitura do trabalho. As seqüelas da crise mundial de meados de 1970 embalavam a retomada das mobilizações sindicais e democráticas, trincando a hegemonia construída pela ditadura militar brasileira

Chiavenatto desconstruía a grande narrativa militar-patriótica da história do Brasil, em 1979, ano em que a retomada das lutas sindicais alcançou o apogeu, colocando o mundo do trabalho como referência por mais de uma década no país. A nova realidade político-social exigia representações do passado interpretando as necessidades dos trabalhadores e criava condições para a sua recepção/legitimação.

Produção e recepção

Não dispomos de análises sistemáticas das fontes, produção, recepção, epistemologia, etc. de *Genocídio americano*, que o autor apresentou como “reportagem, escrita com paixão” e não como obra historiográfica, produto de historiador de profissão.³⁰ Quase constrange assinalar a deslegitimação e liquidação a que o estudo foi objeto, a partir de crítica sumária das suas claras insuficiências, no contexto da ignorância do sentido geral de obra quase parida por necessidade histórica que transformou o jornalista em historiador autodidata . Os críticos extremados jamais se perguntaram por que a historiografia acadêmica não pariu leitura semelhante; por que do enorme silêncio que se fez sobre um

²⁹ Cf. informação por e-mail de J.J. Chiavenatto, em 7 de outubro de 2008.

³⁰ Chiavenatto, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 13-14.

trabalho como o de Raul de Andrada e Silva; sobre as razões da necessidade de quase 25 anos para a produção de questionamento essencial daquele ensaio, como veremos a seguir.

Ter nascido fora de *Academia* então emasculada pelas derrotas sociais de 1964 e 1969-1970 e por quinze anos de ditadura ajuda a compreender as grandes qualidades obra. E suas enormes limitações, produzidas sobretudo pela absolutização-simplificação de tendências que se materializam através de complexas mediações e pela ênfase desmedida de fenômenos e processos históricos objetivos. A mais célebre expressão da primeira tendência é a defesa da guerra como resultado direto das necessidades do imperialismo, em oposição à interpretação marxista argentina, dos anos 1950, como assinalado. Essa tese transformava os governos do Império do Brasil e da Argentina liberal mitrista em meras marionetes inglesas.³¹

A vontade das classes hegemônicas do Império e da oligarquia portenha, essencial no conflito, foi potenciada, ao confluir com o interesse inglês de imposição do liberalismo na região. Em *Cartas dos campos de batalha do Paraguai*, o diplomata britânico *sir* Richard F. Burton registrou a visão da grande potência da guerra: “Minhas simpatias vão para o Brasil, pelo menos enquanto sua ‘missão’ for desferrolhar [...] o grande Mississipi do Sul.”³² A crítica da radicalização de Chiavenatto da guerra como exigência dos interesses ingleses serviu para que o imperialismo e os interesses livre-cambistas fossem em forma ainda mais arbitrária absolvidos de toda responsabilidade no confronto.³³

No livro, são recorrentes as radicalizações-absolutizações enfáticas, de fenômenos em geral objetivos e documentados: autarquia inicial absoluta do Paraguai; país moderno, de população totalmente alfabetizada e avançada siderurgia, ferrovias, telégrafos, etc.³⁴ São comuns extrapolações de fenômenos: “arianização” do Brasil com o arrolamento de afro-descendentes; um branco para cada 45 soldados negros; soldados paraguaios sobretudo euro-descendentes [“cinco brancos para um mestiço ou negro”].³⁵

É comum a utilização de categorias contemporâneas na descrição de fenômenos do passado – “nacionalismo”, “consciência nacional”, “parque industrial”, etc. –, para facilitar a compreensão e promover reflexão *conscientizadora* da realidade da época da publicação

³¹ Id.ib. p. 67

³² Burton, Richard F. *Cartas dos campos de Batalha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997. p. 21

³³ Cf. Bertonha, João Fábio & Moscateli, Renato. “Imperialismo ou *realpolitik*? Uma análise da produção histórica recente sobre a Guerra do Paraguai”.

³⁴ Cf. Chiavenatto. *Genocídio americano*. Ob.cit. pp. 17, 21,

³⁵ Cf. Id.ib. pp. 118, 111.

do trabalho. Esses anacronismos reforçaram a tendência à extrapolação das realidades analisadas.³⁶ Tais pecadilhos não anulam as importantes superações sugeridas: razões materiais da guerra; importância da intervenção no Uruguai; discussão da formação social paraguaia; dificuldades estruturais do Império escravista de livrar guerra nacional; derrota objetiva dos povos; privatização das terras públicas paraguaias; satelitização do Paraguai; etc.

Genocídio americano foi o primeiro trabalho historiográfico brasileiro a realizar crítica geral desde a ótica das populações envolvidas no confronto, desorganizando as representações hegemônicas. Por além dos seus importantes lapsos e insuficiências, conformou o imaginário histórico brasileiro porque galvanizou a difusa memória popular do rosário de horrores que fora aquela guerra, semi-soterrada pelo discurso nacional-patriótico. A obra exigia superação [*hegeliana*], através de crítica sistemática, a ser realizada em grande parte como simples recuperação de produção existentes, processo que jamais ocorreu, devido sobretudo à dissolução conservadora das condições históricas que geraram o movimento revisionista.

III. A restauração historiográfica: retorno às trincheiras

O impulso do mundo do trabalho dos anos 1960 refluíu nos anos 1970 e foi batido em fins de 1980 pela maré contra-revolucionária mundial que consagrou a hegemonia mundial capitalista, hoje em crise econômica. Esse movimento promoveu fortíssimo recuo das representações ideológico-culturais que procuravam interpretar o passado desde a ótica social e do trabalho. No campo historiográfico, decretou-se a impossibilidade de interpretação do passado e, portanto, o fim da história como ciência, substituída pelo relato da "vida privada", "imaginário", "exótico", etc.

A rejeição das "narrativas totalizantes" valorizou as *novas* histórias política e cultural, em restauração das *velhas* interpretações idealistas do passado, com ênfase na narrativa política factual. A história voltou a ser lida como produto da ação errática de protagonistas excelentes e os fenômenos sociais, como produto de determinações ideológico-culturais.

Esse processo de restauro foi geral à historiografia. Quanto à guerra contra o Paraguai, movimento historiográfico *restaurador* apoiado pelas forças sociais triunfantes e impulsionado pela mídia, pelas grandes editoras, pela academia, etc. desqualificou o revisionismo anterior como mero produto de ideologia "autoritária", "populista",

³⁶ Cf. Id.ib. pp. 33, 48, 81

“socialista”, etc. Esse movimento centrou as impugnações nos lapsos factuais e interpretativos, potenciados ao absurdo, sobretudo da obra de Chiavenatto, ignorando os avanços obtidos por esse trabalho e toda produção que não se enquadrava às críticas restauradoras.

Historiografia de transição

Dois anos após a “Queda do Muro de Berlim”, Ricardo Salles publicou *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*, refinado trabalho de inspiração marxista, de sentido transicional, que, apoiado em avanços e temas revisionistas, desembocou na recuperação da tese do caráter progressista do Exército surgido no confronto.³⁷ Esse estudo, que apenas avançou sugestões sobre a sociedade paraguaia, que Raul de Andrada e Silva analisara substancialmente, definiu em forma refinada o caráter escravista do Brasil, apoiado nos avanços assinalados das ciências sociais marxistas. Salles critica a ignorância dos interesses singulares do “Estado imperial brasileiro”, representante dos escravistas que confrontaram o ataque britânico ao tráfico, e assinala a vontade inglesa de obstaculizar qualquer “potência regional hegemônica” no Prata.³⁸ Visão que não lhe impede de retomar no *geral* a tese de León Pomer da determinação do confronto pela “expansão do capitalismo da época, especialmente do capitalismo britânico na região platina”.

Impugna a definição do Paraguai como “nação independente do imperialismo” e igualitária, ressaltando apenas sua diversidade em relação aos “vizinhos, em especial do Brasil escravista”. Assinala a incapacidade da elite crioula paraguaia de se impor quando da Independência e o dinamismo da “comunidade guarani”, que propõe em dissolução tendencial durante os governos dos presidentes perpétuos. No geral, aponta – no mesmo momento em que elide – o necessário estudo da sociedade paraguaia para a compreensão dos sucessos.

Sua grande contribuição é a ênfase do caráter escravista do Estado brasileiro que, em momento de estabilidade, na luta pela hegemonia no Prata, necessária para à sua afirmação no Brasil e na América do Sul, não deixou espaço ao Paraguai que a solução militar,

³⁷ Salles, Ricardo. *A Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

³⁸ Id.ib. pp. 3, 32 -36

empreendida por López, em parte devido à super-estimação das contradições internas da Argentina, do apoio do governo *blanco* e da fragilidade interna do Império escravista.³⁹

Destaque-se que os *blancos* uruguaiois e o governo paraguaio esperavam a sublevação dos cativos do Brasil. Expectativa talvez superestimada, mas não fantasiosa, como comprovam a movimentação das escravarias do meridão sul-rio-grandense, quando da invasão de Jaguarão pelos *blancos*, em janeiro de 1865, e o movimento insurrecional servil de Porto Alegre, em junho de 1968, com envolvimento de prisioneiros paraguaiois.⁴⁰ Não era também descabelada a esperança no apoio dos federalistas, como sugerem a deserção maciça da cavalaria *entrerriana*, as sublevações provinciais antimitristas e as *montoneras* que convulsionaram o interior argentino, etc.

Fragilidade estrutural

Ricardo Salles ressalta a fragilidade estrutural do Exército e da Guarda Nacional, milícia dos escravistas, capazes de enfrentar ameaças internas e confrontos do Prata com países sem “estrutura bélica centralizada”. A indefinição da sociedade paraguaia leva o autor a explicar a marcialidade guarani como devida à precoce e ampla militarização e à “centralização do poder”, em reflexão insuficiente e circular.⁴¹

Retomando propostas da historiografia nacional-populista, Salles defende que a necessidade de construir “exército profissional”, apoiado na “Guarda Nacional”, nos “corpos de polícia das provinciais” e na convocação dos “Voluntários da Pátria” levaria o governo imperial a empreender “esforço de recrutamento de dimensões nacionais”. Movimento que teria fortalecido oficialidade imbuída de missão moralizadora e civilizadora nacionais, então expressão dos “anseios e aspirações de grupos sociais emergentes”.⁴²

Abraçando as visões da conquista-cooptação dos dominados pelo consenso, propõe que o arrolamento popular-patriótico não foi “simples mentira para escamotear a coerção do recrutamento”, obtendo “sucesso e um grau satisfatório de aceitação”.⁴³ Na defesa da

³⁹ Id.ib. pp. 39-54

⁴⁰ Cf. Maestri, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada escravista e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST-UCS, 1984. pp. 144-154; Maestri, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho, resistência e sociedade*. 3 ed. rev. e ampliada. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

⁴¹ Salles. *A Guerra do Paraguai*. Ob.cit. p. 58.

⁴² Id.ib. p.56-9; 61-62.

⁴³ Id.ib. p. 61.

tese da formação de exército nacional semi-consensual, em uma sociedade escravista pré-nacional, minimiza o arrolamento dos *libertos*, questão que permanece ainda em aberto.⁴⁴

Com frágeis dados empíricos, escora-se em reflexões lógicas e circulares, propondo que “mobilização” geral para criar a “nova instituição nacional” *não poderia* se apoiar no “uso maciço da população escrava”, pois isso “abalaria a própria essência do poder escravista”, motivando revolta servil ou inviabilizando a “ideologia do Voluntário da Pátria”.⁴⁵ A *coesão* da ideologia do *Voluntariado* é tese a ser comprovada e a guerra farroupilha registrou a capacidade dos escravistas em servir-se fortemente de ex-cativos na defesa de seus interesses.⁴⁶

Apesar da fragilidade das fontes, as múltiplas formas de arrolamento e de *origens* dos soldados [“recruta, voluntário, substituto ou liberto”; homens livres; africanos livres; cativos crioulos e africanos; libertos; aborígenes; caboclos; estrangeiros, etc.] registram o caráter não-cidadão e não-nacional das tropas. O Império recorreu aos cativos por não poder mobilizar homens livres suficientes, apoiado na *retórica patriótica*, na *convocação coercitiva*, na *emulação material*. Salles reconhece que o eventual “ardor patriótico” inicial decresceu logo, certamente quando se compreendeu o caráter violento de guerra que não terminaria como se cria em alguns meses, levando a que “o grosso da tropa” fosse “organizado coercitivamente”.⁴⁷

Mesmo assinalando o estranhamento entre os oficiais combatentes e a tropa, conclui: “A guerra mostrou a esses oficiais o lado podre da laranja; colocou-os em contato e proximidade com o soldado enquanto expressão do povo [sic].”⁴⁸ Defende a constituição de “exército nacional profissional”, reformista, descontente com a “classe dominante” e “elites dirigentes do Império”, de oficialidade portadora de “sementes de inquietação e questionamento social”.⁴⁹

Exército cidadão

Um *novo* exército que – formado com “conceito mais amplo de cidadania”, identificado com os “interesses gerais da nação”, devido à “ligação constitutiva com os

⁴⁴ Id.ib. p. 66; Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

⁴⁵ Salles. *A Guerra do Paraguai*. Ob.cit. p. 67

⁴⁶ Cf. entre outros: Leitman, Spencer Lewis. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1979; Flores, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre: EST, 2005.

⁴⁷ Salles. *A Guerra do Paraguai*. Ob.cit. p. 102.

⁴⁸ Id.ib. p. 110.

⁴⁹ Id.ib. p. 15,108

setores médios” – desempenharia “papel de peso no início do processo de transição para uma economia capitalista”, como porta-voz das “camadas médias” “de populares e escravos e mesmo fazendeiros não escravistas”, de “setores dissidentes das oligarquias.”⁵⁰ Proposta em oposição à idéia de inexistência de *povo* na escravidão, na acepção moderna do termo, e com oficialidade escolhida e educada nos princípios e nas práticas da desigualdade civil e racial, normas comportamentais e funcionais das forças armadas imperiais, que contribuiriam para o caráter elitista e autoritário da república brasileira. Fenômeno que ensejou a referida quase absoluta ausência de descrições sobre as tropas das narrativas memorialistas. Em sua correspondência familiar, nos raros casos em que se refere aos soldados, Benjamin Constant anota indignado que chamavam “criminosos”, “facínoras condenados às galés”, “escravos”, “estúpidos e miseráveis cativos” para defender a “honra e os brios da nação brasileira”.⁵¹

Em rápida abordagem do desempenho real das forças armadas imperiais, Salles *descontrói* a sua própria proposta de exército como expressão de vontade *nacional*, devido à forte concorrência da *classe média* ao oficialato, ao descrever tropas mal transportadas, mal alojadas, mal vestidas, habituadas ao roubo a oficiais e ao saque de militares e civis *inimigos*, não raro para poderem se alimentar.⁵² Tropas mantidas na disciplina por constantes e cruéis castigos físicos, tratados duramente pela oficialidade.

Um caráter não-nacional e não-cidadão dos exércitos imperiais que se expressou na recomendação de Caxias de manter os soldos dos oficiais em dia, para que fizessem frente às necessidades, e os dos soldados, atrasados três meses, para que não desertassem [pois com as algibeiras *cheias*] e para economizar os salários dos mortos!⁵³ André Rebouças, arrolado como engenheiro-militar, registra oficiais comandantes com três meses, oficiais de tropa com seis meses e soldados com até um ano de soldos atrasados!⁵⁴

Tropas imperiais que, segundo o próprio Caxias, não sofrendo a “influência moral” dos oficiais, deveriam ser tratadas duramente, sobretudo durante os combates, quando sua “indisciplina” e “tíbieza” causariam perdas de “oficiais prestimosos, cheios de inteligência

⁵⁰ Id.ib. p. 110

⁵¹ Cf. Lemos, Renato. (Org.) *Cartas da Guerra*: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai. Ob.cit. pp. 118, 143

⁵² Cf. Taunay, Alfredo *Recordações de Guerra e de Viagem*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2008. p. 83-84.

⁵³ Salles. *A Guerra do Paraguai*. Ob.cit. p. 142

⁵⁴ Cf. Rebouças, André. *Diário da guerra do Paraguai (1866)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiro, 1973. p. 154

e de coragem”.⁵⁵ Caráter não-nacional que se materializava na oposição *social*, mesmo violenta, entre *inferiores* a *superiores*, como registram os três atentados a oficiais, em apenas oito dias, no acampamento de Tuiuti, assinalados por Caxias.⁵⁶

Restauração historiográfica

Em fins de 1990, com a consolidação do movimento geral de restauração, como impulsionada pela mídia; programas de pós-graduação; agências financiadoras; grandes editoras, etc., criavam-se as condições ideais para a concretização desse processo quanto à Guerra do Paraguai, de singular importância, devido o caráter central dos fatos para a ideologia de Estado e ao sucesso de J. J. Chiavenatto. Em 1991, Francisco Doratioto publicou estudo de divulgação *A guerra do Paraguai: 2ª visão* – e, em 1996, *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*.⁵⁷ Os cruciais cinco anos de diferença entre os dois trabalhos registram importante evolução na leitura dos fatos.

Na “Introdução” de *A guerra do Paraguai*, prometeu superar, por um lado, as limitações da “historiografia tradicional” que “personalizara” a história, ao “apontar as ambições do ditador Solano López como causadoras da guerra” e, por outro, da “teoria ‘imperialista’”, então “dominante”, que responsabilizara a Inglaterra pelo confronto. O conflito seria essencialmente produto da “formação e definição do caráter dos Estados nacionais, em que setores da classe dominante seriam hegemônicos na organização estatal e, portanto, mais beneficiados por ela, na região do Rio da Prata.”⁵⁸ Proposta que se dispunha superar a historiografia nacional-patriótica e os lapsos das leituras revisionistas brasileiras.

Em análise sobretudo político-nacional, o autor apresentou sinteticamente a conjuntura do Prata quanto aos países envolvidos nos acontecimentos; a crise do regime colonial, ao início da guerra, enfatizando a tentativa da burguesia mercantil portenha de impor sua hegemonia regional, grande razão da independência e do isolamento paraguaio.⁵⁹ Assinalou que a vontade de domínio hegemônico do Prata levou o Império a obstaculizar a reconstituição nacional do Vice-Reinado do Prata.

⁵⁵ Salles. *A Guerra do Paraguai*. Ob.cit. p. 136

⁵⁶ Id.ib. p. 147.

⁵⁷ Doratioto, Francisco. *A guerra do Paraguai: 2ª Visão*. São Paulo: Brasiliense, 1991. [Tudo é história, 138.]; *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

⁵⁸ Id. *A guerra do Paraguai: 2ª Visão*. Ob.cit. p. 14

⁵⁹ Id.ib.p. 16

Doratioto analisa o relacionamento entre o Império e o Paraguai, determinado pela vontade do último de demarcar as fronteiras a partir da situação quando do fim do regime colonial, enquanto o Império, interessado na livre navegação dos rios paraguaios, defendia delimitação apoiada no princípio do *uti possidetis de facto*. Ressalta que o Império e a Argentina mobilizavam-se para que o Paraguai não se tornasse potência regional.

Em 1852, a queda de Rosas e a consolidação da oligarquia mercantil portenha criaram nova situação. Na década seguinte, o esforço autonômico do governo uruguaio *blanco* levou a que o Brasil se aproximasse da Argentina liberal-mitrista [Buenos Aires] que concordou com intervenção apoiada nos *colorados* uruguaios, associados à manutenção da submissão em relação à Argentina e sobretudo ao Império. Os *blancos* contavam com o apoio ou a simpatia da província de Entre Ríos, dos federalistas argentinos e do Paraguai, interessado em garantir sua saída ao mar.⁶⁰

Hegemonia compartilhada

A aquiescência da Argentina mitrista enfraquecida à intervenção imperial selaria a sorte do Paraguai. “[...] no final dos anos 1850 e inícios da década seguinte, a hegemonia do Império só não era completa no Prata devido à resistência do governo de Assunção.”⁶¹ O controle do Uruguai e do porto de Montevidéu punha fim à possibilidade de livre saída ao mar do Paraguai e assentava golpe terrível no federalismo argentino, ensejando que o governo paraguaio determinasse a intervenção no Uruguai como *casus belli*.

Em 1864, a intervenção no Uruguai ensejou o envio de tropas paraguaias para ocupar as terras em litígio, no atual Mato Grosso do Sul, e pedido à Argentina, nas mãos dos liberais portenhos, de passagem de tropas por Corrientes. A esperada negativa de Mitre de conceder a autorização motivou declaração de guerra à Argentina, o que enfraqueceu fortemente o apoio paraguaio naquele país.⁶²

Apesar da ênfase nas relações político-diplomáticas, o ensaio esforça-se em definir sociologicamente os grandes protagonistas históricos, em superação de historiografia político-descritiva. Rosas é proposto como “líder dos produtores de charque para exportação”, apoiado pelos “comerciantes e financistas portenhos, monopolizadores do comércio exterior.”⁶³ Propõe que os *colorados uruguaios* representassem sobretudo os

⁶⁰ Id.ib. 34

⁶¹ Id.ib. p. 41

⁶² Id.ib. p. 40

⁶³ Id.ib. p.21

“comerciantes” e as “potências européias” vinculados às “idéias liberais”, enquanto os *blancos*, os “proprietários rurais” “que se opunham à intervenção européias no país”.⁶⁴

Os *unitários* argentinos são definidos como “basicamente” “comerciantes de Buenos Aires”, que “defendiam um modelo centralizado”, enquanto os *federalistas*, como grandes estancieiros, “pequenos manufatureiros e comerciantes vinculados ao mercado regional”, pró-descentralização.⁶⁵ Afirma-se que “apenas a burocracia imperial” era capaz de defender a escravidão, ao dispor “de meios diplomáticos e políticos capazes de se oporem às pressões britânicas” anti-tráfico. Apenas ela era capaz igualmente de defender as “prerrogativas dos grandes proprietários rurais” e de “manter a ordem” e seus “privilégios”.⁶⁶ Um conflito que envolvia as principais classes sociais da região, mais do que as nações nas quais se organizavam.

Dois caminhos

Sobretudo nas páginas finais, o ensaio empreende justificativa sistemática da ação do Império, acompanhada sempre da apresentação da busca de hegemonia regional pelas “classes dominantes” do Brasil e da Argentina que desembocou no terrível drama. É clara a tendência à leitura relativista da ação das nações, como jogo normal de defesa de seus interesses, estranho a qualquer valoração ética.⁶⁷ Visão em contradição com a apresentação das fortes pugnas internas à Argentina e o ao Uruguai, que registravam já a inexistência de interesses nacionais por sobre as facções sociais dominantes.

O ensaio supera substancialmente as apresentações maniqueísta da historiografia nacional-patriótica brasileira do dr. Francia, de López pai e, sobretudo, de López filho, apresentados como voltados à promoção de suas nações. Não encontramos sequer uma das tradicionais demonizações do chefe de Estado paraguaio ou de suas tropas. O autor tenta circunscrever as razões objetivas da derrota paraguaia, que se deveria, “basicamente” a não cumprimento por Urquiza de seus “compromissos” e a frágil resistência dos *blancos*.⁶⁸

Na conclusão, retoma a crítica à tese “imperialista”, apresentada como “resultado de bandeiras das lutas políticas dos anos 60 e 70 – como o antiamericanismo e terceiro-mundismo –, projetadas na análise do passado, em busca de fundamento histórico”. Visão não de todo incorreta, apesar de redutora e parcial, da *tese inglesa* esposada por apenas

⁶⁴ Id.ib. p. 19

⁶⁵ Id.ib. p. 20

⁶⁶ Id.ib. p. 23

⁶⁷ Id.ib. p. 71

⁶⁸ Id.ib. p. 66

parte da literatura revisionista, em geral de corte popular-americanista, e não marxista. Uma crítica que não impede o reconhecimento da importância do revisionismo: “Cabe, porém, [...] o mérito de demonstrar a fragilidade da historiografia tradicional sobre o tema e questionar a utilização dessa guerra na construção de mitos. [...] fez ressurgir o interesse pela guerra [...], a qual, no Brasil, até então era quase exclusivamente motivo para comemorações, nas datas das grandes batalhas, e de referência ao se buscar as origens da construção do Exército que derrubaria a Monarquia em 1889.”

Na sua brevidade, o ensaio de 1991 constituiu importante contribuição ao conhecimento histórico daqueles acontecimentos que apontava para duas grandes possibilidades de desdobramento: a radicalização crítica da leitura revisionista ou a recaída na defesa apologética das ações do Estado imperial

Uma Nova Leitura

Em *O conflito com o Paraguai*: a grande guerra do Brasil, de 1996, Doratioto avança a análise, abordando o conflito propriamente dito. O ensaio caracteriza-se pela inflexão do esforço de interpretação sociológica e estrutural dos sucessos e pela ênfase da defesa nacional-patriótica da ação do Estado imperial.⁶⁹ O trabalho inicia com a afirmação paradoxal de que o “Império demonstrou [no Paraguai] sua capacidade de travar uma guerra com características inéditas que o obrigaram a mobilizar recursos humanos e materiais em larga escala”.⁷⁰

No livro, retoma a proposta de Salles da modernidade das forças armadas paridas no confronto: “Foi o Exército, que o Estado imperial estruturara durante a guerra do Paraguai em padrões modernos de organização e armamento, o instrumento que pôs fim a Monarquia [...]”.⁷¹ No segundo capítulo, empreende apresentação das disputas do Prata anteriores ao confronto, sem o destaque ao amplo papel desempenhado pela oligarquia portenha no conflito do primeiro ensaio, no contexto de uma já permanente absolvição-relativização das responsabilidades do Império.

A abordagem telegráfica da sociedade paraguaia e semi-ignorância do caráter das sociedades brasileira, uruguaia e argentina sinalizam a retomada substancial de análise político-factual, de “trincheira”, desde a ótica das classes dominantes imperiais, da

⁶⁹ Doratioto, Francisco. *A guerra do Paraguai*: 2ª Visão. São Paulo: Brasiliense, 1991. [Tudo é história, 138.]; *O conflito com o Paraguai*: a grande guerra do Brasil. São Paulo: Ática, 1996.

⁷⁰ Id.ib. 7

⁷¹ Id.ib. 8

historiografia nacional-patriótica. A própria decisão de Pedro II de prosseguir a hecatombe é fortemente elogiada: “Foi a persistência [sic] do imperador [...], em favor do prosseguimento da luta [sic] que abortou qualquer discussão sobre seu fim que não fosse pela vitória militar.”⁷²

Ainda que matizada, retoma-se a diabolização tradicional do *inimigo*, ausente no primeiro trabalho: “[...] o navio de guerra paraguaio *Iporá*, [...] tinha ‘à vista do público, uma corda contendo grande quantidade de orelhas humanas [...]’⁷³ Sobre o combate de 3 de novembro de 1867: “A soldadesca [sic] paraguaia, em lugar de continuar a combater, entregou-se ao saque [...]”⁷⁴ Embrenhado nas contradições nacional-patrióticas, para explicar a *tibieza* das tropas imperiais, que reconhece numerosas e bem armadas, retoma os argumentos da falta de preparo inicial dos exércitos; de conflitos políticos internos; das “peculiaridades do conflito”, etc.

Pequeno e mal-armado

Sobre a invasão do Rio Grande, afirma: “[...] o Exército brasileiro [em senso estrito] era pequeno e mal armado, contando com no máximo dezoito mil soldados com moral baixo [...]” “Durante a guerra do Paraguai não houve trégua na encarniçada luta política” entre liberais históricos, liberais progressistas e conservadores. “Compreende-se [...] a facilidade com que as forças paraguaias avançaram em território brasileiro”. Entretanto, na época, apenas o Rio Grande tinha população maior do que a assinalada para o Paraguai, superando os 430 mil habitantes, em 1872.⁷⁵

A inoperância da Armada deveria-se ao fato de seus navios terem “dificuldades para manobrar em vias fluviais” e às “desconfianças de Tamandaré para com o aliado argentino”.⁷⁶ A passividade do almirante nasceria também de sua “idade avançada”, apesar de não ter ainda 57 anos ao assumir o comando no Prata, enquanto que, ao entrar em Assunção, Caxias cumpriria os 66 anos!

Acompanham as justificativas do vexame militar imperial no Prata elogios áulicos aos oficiais brasileiros maiores. Sobre Osório, lemos: “Seu retorno ao Paraguai teve efeito psicológico positivo sobre o Exército imperial, pois esse general gozava de grande prestígio

⁷² Id.ib.52

⁷³ Id.ib.20

⁷⁴ Id.ib.47

⁷⁵ Id.ib. p. 24; Maestri, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

⁷⁶ Doratioto, Francisco F. M.. *O conflito com o Paraguai*. Ob.cit. p. 30

perante os soldados graças à sua capacidade tática [sic], a coragem e frieza em combate e pela camaradagem com os subalternos.” Sua apologia não registra as duras críticas sofridas pelo general, como as realizadas pelo oficial-engenheiro André Rebouças.⁷⁷

Lê-se sobre Caxias na batalha da ponte de Itororó, em 6 de dezembro de 1868: “[...] acompanhava a luta de uma colina, desembainhou a espada e aos gritos de ‘Vivas ao Imperador e ao Brasil’!, lançou-se sobre a ponte, gritando para a tropa que o seguisse, sendo alvejado [sic] pelas balas dos defensores [...]”⁷⁸ Proposta própria à mais clássica legenda militar patriótica e épica.

Retomam-se as explicações da combatividade paraguaia como produto da repressão; atraso nacional; galvanização carismática. “Durante a guerra o governo paraguaio estendia a punição daqueles acusados de falta grave. [...] todo soldado paraguaio era responsável pelo seu companheiro [...]” Fatos que transforma a “combatividade” e a “fidelidade e sacrifícios extremos que caracterizaram os combatentes paraguaios” em fenômenos sem explicação.⁷⁹

Em 1979, Raul de Andrada e Silva dissertava sobre a singularidade do exército paraguaio, “um dos setores públicos que mereceu preferencialmente os cuidados do governo”, com os “soldos” “superiores aos de qualquer categoria burocrática”. Tropas formadas através do “recrutamento” seletivo dos “jovens mais fortes e bem apessoados”, através de país essencialmente camponês. Jovens que, ingressando nas tropas como soldados, podiam ascender ao oficialato. Um exército de perfil plebeu e nacional, estranho às tropas imperiais próprias ao Estado escravista.⁸⁰

O Soldado e o Oficial

A incompreensão do baixo desempenho dos soldados e dos oficiais imperiais diante da paradoxal resistência paraguaia, sobretudo quando os soldados guaranis defendiam os territórios nacionais, deve-se à ignorância das determinações tendenciais dos exércitos e de seus comandantes pelas estruturas sociais profundas e suas vinculações com as mesmas.

Por além da falsa modernidade, as forças armadas imperiais sofreram sempre a determinação de sociedade escravista não-nacional. Realidade registrada na visão aristocrática da oficialidade brasileira da bravura como valor intrínseco, que valorizava

⁷⁷ Id.ib. p. 53 *et passim*.

⁷⁸ Id.ib.p. 68

⁷⁹ Id.ib. p. 61

⁸⁰ Andrada e Silva, Raul. *Ensaio sobre a Ditadura do Paraguai*. 1814-1840. Ob.cit. 185.

ataques frontais e exposição ao perigo, resultado de mortandades desnecessárias sobretudo de soldados.⁸¹

Realidade fixada na ojeriza de Caxias à tropa formada por negros livres, libertos, alforriados, etc., não adaptados a um exército *nacional moderno*, devido ao caráter não-cidadão e não-nacional do Império – e não à *má qualidade racial* dos soldados imperiais. Em 13 de dezembro de 1868, fogueado havia décadas no combate aos cativos sublevados, o alto oficial militar lembrava: “[...] todas as vitórias alcançadas [...] têm sido em grande parte devidas ao cuidado com que nunca consenti que forças nossas [...] se batessem com as do inimigo sem se acharem muito superiores em número.”⁸²

130 Anos Depois

Em 23 de novembro de 1994, a Biblioteca Nacional promoveu seminário sobre a Guerra do Paraguai, sob a coordenação do historiador Carlos Guilherme Motta, tendo como destaque a participação de Leslie Bethell, que escreveu a introdução ao livro *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*, patrocinado pelo Banco Real e Fundação Roberto Marinho. No livro, que reuniu as breves intervenções de destacados intelectuais, não raro sem pesquisas específicas sobre o tema, destacou-se a crítica do inglês à tese da influência do imperialismo britânico no conflito.⁸³

Na introdução “A guerra do Paraguai: história e historiografia”, profundamente simpática à “Tríplice Aliança”, Bethell apresenta a guerra como decisão de López – “erro que traria conseqüências trágicas para o povo paraguaio” –, motivada por razões entre as quais o eventual impulso de “personalidade megalomaniaca” com o objetivo de realizar o “sonho de construir um império”.⁸⁴

No texto “O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai”, questiona a tese da responsabilidade direta e indireta do imperialismo britânico, que lembra ser perfilhada, no geral ou no particular, por autores como Hobsbawm, Gunder Frank etc.⁸⁵ Registra enorme admiração pela hegemonia mundial do capitalismo britânico no século 19; questiona a determinação mesmo “informal” da política sul-americana pelo imperialismo; sugere as vantagens do *relacionamento* dos latino-americanos com o capital inglês.

⁸¹ Taunay. *Recordações [...]*. Ob.cit. p. 52.

⁸² Doratioto, Francisco F. M.. *O conflito com o Paraguai*. Ob.cit. p. 70

⁸³ Castro, M.E. & Marques, M. [Org.] *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

⁸⁴ Id.ib. p. 11-24..

⁸⁵ Id.ib. pp. Pp. 133-150; www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a14.pdf

Quanto à questão em análise, destaca a importância do Brasil e da Argentina para os interesses do capitalismo britânico e a pouca relevância do Paraguai, certamente em parte devido à especificidade daquela nação – política estatal de controle público das terras e do comércio exterior, de sentido anti-liberal e anti-livre-cambista. Assinala o interesse britânico na “unidade política” da Argentina – apoio à oligarquia portenha – e à “manutenção da livre navegação nos principais rios da região”.

Progresso & civilização

Bethell reconhece a posição “acentuada e abertamente antiparaguaia” de *sir* Eduard Thornton (1817–1906) , que acompanhou as confabulações contra o governo uruguaio “blanco” e defendeu diante da representação paraguaia o *direito* de interferência armada do Império no Uruguai. Reconhece igualmente que “a maioria das autoridades britânicas apoiavam os Aliados”, pois viam “de modo crítico o regime de López”, considerando, “em última análise”, a Guerra como incentivadora do “progresso e civilização contra retrocesso e barbárie”. Ou seja, meio de imposição do liberalismo, ao igual do que ocorria no Brasil e na Província de Buenos Aires.

Destaca os importantes empréstimos concedidos à Argentina mitrista e ao Brasil imperial para financiarem a guerra e o abastecimento permanente dos exércitos daqueles países, que justifica estranhamente propondo que o capital não se preocupa com a política! Aceita que a “Grã-Bretanha não fez tentativa de mediação” para finalizar o conflito.

Seus dados e reflexões corroboram a tese de que, mesmo não sendo política incentivada diretamente pelo governo inglês, a guerra contou com a simpatia e apoio britânicos, por “desaferrolhar” região de ordem antiliberal que dificultava o “livre comércio”, e devido aos negócios que assegurou ao capital britânico, o grande vitorioso no conflito.

Conclui sua vigorosa defesa do imperialismo em afirmação que fusiona simploriamente governos e populações nas suas respectivas nações – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai –, apresentando-as como os únicos responsáveis pela hecatombe: “A Grã-Bretanha – e as suas supostas [sic] ambições imperialista – não podem mais ser utilizada como bode expiatório para a Guerra do Paraguai. A responsabilidade primordial dessa guerra cabe à Argentina, ao Brasil e, em escala menor, ao Uruguai e, naturalmente, ao próprio Paraguai.”

Hiato sem repercussão

Em 1995, o historiador mato-grossense Jorge Luiz Prata de Sousa defendeu na UNAM, no México, dissertação de mestrado sobre o “mito brasileiro sobre os *voluntários da pátria*”, publicada em 1996. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai* constitui trabalho revisionista extemporâneo, de alto nível acadêmico.⁸⁶

Após argutas páginas de crítica da historiografia nacional-patriótica posterior à guerra e à República, destaca a importância das apologias sobre o “voluntariado” na construção das narrativas sobre o Exército como expressão da nacionalidade, que praticamente obscureceram o caráter coercitivo do recrutamento. Lembra que foi a resistência dos homens livres em se alistarem, apesar das vantagens oferecidas, que levou à decisão imperial de comprar-incorporar cativos ao Exército e à Armada.

Apoiando-se sobretudo no estudo das cartas de alforria concedidas no Rio de Janeiro, explicita as contradições que dificultaram o arrolamento: a luta dos proprietários pelo controle do braço servil; as duras condições de existência e o racismo nas forças armadas; o elitismo da Guarda Nacional; o uso político do recrutamento; o alto preço dos cativos vendidos ao Estado; a deserção; o caráter pré-nacional do Estado escravista, etc.⁸⁷

Demonstra a pouca confiabilidade dos dados gerais administrativos sobre o recrutamento de cativos, sugerindo estudos através do levantamento nacional das cartas de alforrias, para a elucidação geral desse processo. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai* foi semi-ignorado, quando da discussão sobre o tema pela historiografia restauradora.

A Grande Mídia

Em 9 de novembro de 1997, o caderno Mais, da Folha de São Paulo ressaltava a necessidade do restauro historiográfico sobre a Guerra contra o Paraguai em artigos coordenados por R. Bonalume Neto – “Novas lições do Paraguai”. A operação escancarava o viés ideológico em sua *chamada*: “Historiadores revêem a tese de que o país de Solano López teria sido uma Cuba [Sic] do século 19 derrotada pela aliança militar do Brasil com a Argentina e o Uruguai [sic].” A matéria afirmava que o Brasil conheceu “rolo compressor ideológico [sic] nos últimos anos do regime [sic] de 64, principalmente graças a dois *best sellers* desse nacional-populismo revisionista, *As veias abertas da América Latina*, do

⁸⁶ Cf. Sousa, Jorge Luiz Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad/ADESA, 1996.

⁸⁷ Cf. também: Mendes, Fábio Faria. A economia moral do recrutamento militar no Império brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 13 n. 38 São Paulo Oct. 1998.

uruguaio Eduardo Galeano [...] e *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*”, de J.J. Chiavenatto.”⁸⁸ Nesse então, os principais trabalhos acadêmicos restauradores eram o livro de Salles, parcialmente, e sobretudo o segundo ensaio de Doratioto, de pouco alcance de público.

Em 2000, sob o patrocínio do Instituto Histórico Geográfico do Mato Grosso do Sul, o engenheiro-agrônomo Acyr Vaz Guimarães, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, publicou *A guerra do Paraguai: verdades e mentiras*, trabalho pára-historiográfico, no qual, “em 214 pontos”, propõe-se a *desmentir* Chiavenatto, a *besta negra* a ser abatida da historiografia revisionista. O livro potencia as propostas da historiografia nacional-patriótico e registra a visão da oficialidade do Exército da luta contra o *revisionismo* historiográfico como parte do combate ao “comunismo” no Brasil.⁸⁹

Vinte e Cinco Anos Mais Tarde

Em 2002 e 2004, foram publicados dois trabalhos gerais restauradores. Em 2004, o coronel do Exército Maya Pedrosa, que vivera no Paraguai, publicou *A catástrofe dos erros: razões e emoções na Guerra contra o Paraguai*, outra resposta explícita às “apreciações pessimistas e iconoclastas” marxistas “sobre o passado nacional [...] seus estadistas, diplomatas, soldados e do povo brasileiro que foi lutar na guerra”.⁹⁰ Na “Introdução”, registra a admiração por *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, de Francisco Doratioto, lançado dois anos antes, propondo que, após aquele trabalho, “continuar em frente [com seu livro] talvez” fosse “temerário.”⁹¹

Maldita guerra segue a trilha geral do ensaio de Maya Pedrosa, porém em elevado nível de qualidade, excelência e erudição.⁹² Esse trabalho de quase quinhentas páginas de texto, publicado ricamente pela prestigiosa Companhia da Letras, como os anteriores, critica o revisionismo paraguaio, brasileiro e latino-americano, prometendo realizar *nova* e mais *equilibrada* leitura. Uma intimidade nascida de mais de década de pesquisa explicita-se na valiosa revisão bibliográfica e documental. Porém, não utiliza trabalhos referencias da

⁸⁸ Folha de São Paulo, caderno Mais!, domingo, 9 de novembro de 1997, pag 5; ver, também, em Cf. Ricardo Bonalume Neto. “Novas lições do Paraguai”. /www1.folha.uol.com.br/fof/ brasil500 /histpar_1.htm

⁸⁹ Guimarães, Acyr Vaz. *A Guerra do Paraguai: verdades e mentiras*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000. pp. cit. 80-82.

⁹⁰ Pedrosa, J. F. Maya. *A catástrofe dos erros: razões e emoções na Guerra contra o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. p. 16,

⁹¹ Id.ib. p. 24.

⁹² Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 615 p.

produção marxista e americanista revisionista argentina e o importante estudo de Raul de Andrada e Silva.

Como já assinalado, uma das singularidades do conflito no Prata fora antepor nações que conheciam formações sociais diversas, realidade intuída por analistas coevos e abordada, no que se refere ao Paraguai, por Andrada e Silva.⁹³ A historiografia revisionista avançara o conhecimento histórico sobre a guerra ao propor a necessidade da elucidação do caráter das sociedades em luta, em geral, e do Paraguai, em especial, desenvolvendo tal proposta, em forma bastante substancial, sobretudo no relativo à Argentina.

Unidade social e nacional

Nos anos 1860, tencionada pelas contradições entre a oligarquia bonaerense e as províncias, a Argentina conhecia diversas relações de trabalho livre e preparava-se para empreender a “Guerra do Deserto” [1878-79]. No Brasil, vigia a produção escravista e outras relações sociais de produção subordinadas. Ambos os países assentavam-se na propriedade privada dos meios de produção, em sociedades largamente *liberais* e livre-cambistas. Seguindo os autores revisionistas, Doratioto propõe que o "Estado guarani" era "dono" [sic] "de quase 90% do território nacional", controlando uns "80% do comércio interno e externo".⁹⁴

Em minuciosa análise política, diplomática e militar, Doratioto não contextualiza as sociedades em questão, sobretudo quanto às raízes escravistas do Império [como proposto por Salles] e à singularidade do Paraguai [como ensaiado por Andrada e Silva]. Singularidades econômico-sociais que permitiu acumulação original de capitais pelo Estado e, sobretudo, amplo acesso tendencial dos camponeses à terra, como proprietários ou arrendatários.

Apesar de utilizar "país" e "nação guarani" como sinônimos de Paraguai, o autor não aborda as eventuais decorrências da coesão étnico-cultural de população camponesa de origem guarani, com raízes históricas que desbordava as fronteiras nacionais. A clara homogeneização das nações em luta resulta igualmente no uso anacrônico de categorias como "povo", "cidadão", "opinião pública" para a sociedade escravista do Brasil, na qual

⁹³ Cf. Fix, Theodoro. *História da Guerra do Paraguay*. Trad. do francês por A.J. F. dos Reis. Rio de Janeiro: Garnier, s.d. p. 2. [1ª ed. em francês 1873]; Andrada e Silva, Raul de. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. Ob.cit.

⁹⁴ Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra*. Ob.cit. pp. 44.

grande parte da população encontrava-se objetiva e subjetivamente à margem de *comunidade cidadã*.

Fanatismo & Repressão

A abordagem sobretudo política impossibilita explicação essencial da belicosidade paraguaia e da *letargia* brasileira. Sem superar essa contradição, radicaliza a explicação ideológica da tenacidade guarani, apresentada em 1996, como produto da fanatização e de controle policial, em mais uma restauração das visões nacional-patrióticas.⁹⁵ Explicação que contradita com uma nação com Estado, exército e meios de comunicação relativamente simples e, portanto, propícios à deserção de soldados eventualmente tiranizados. Tese que não explica também a rearticulação da resistência, após as derrotas da *Dezembrada*. Foram os exércitos aliancistas que conheceram deserções ininterruptas e relevantes.

O autor deduz a origem e a evolução do conflito da personalidade de López, sobre quem lança a responsabilidade da guerra, em outro movimento de restauro da historiografia de Estado, apesar de apresentar o confronto como tendencialmente inevitável, devido à procura da nação paraguaia de autonomia e a negativa dos governos imperial e argentino de concedê-la. Empreende personalização da história que resulta no elogio apologético de Pedro II, Mitre, Caxias, Osório, etc. e diabolização de López.

Como na literatura nacional-patriótica, López é apostrofado como “ditador quase caricato”, “ambicioso”, “tirânico”, “desequilibrado”. Desqualificação pessoal extensiva a sua companheira Elise Lynch.⁹⁶ Em singular modernização, López é identificado a Hitler, ingênua personificação moderna da violência da sociedade de classes na história. Propõe como “identidade entre os dois ditadores” o fato de terem usado jovens e velhos em desesperada resistência final. A aproximação anacrônica esquece que foram os *objetivos* e as *práticas* que desqualificaram o nazismo, e não a resistência com jovens e velhos, utilizada licitamente pela resistência soviética e no gueto de Varsóvia.⁹⁷

A retórica desabonadora estende-se às classes dominantes, aos oficiais e aos soldados paraguaios, apresentados massacrando, estuprando e roubando, ainda que, *em certos momentos*, os *aliados* teriam procedido igualmente. Sugere que o conflito foi o choque entre o Brasil, nação monárquica, constitucional e liberal – liberalismo considerado como

⁹⁵ Id.ib. p. 289.

⁹⁶ Id.ib. pp. 18-9; 29, 89.

⁹⁷ Id.ib. pp. 409, 454.

qualidade –, e o Paraguai, Estado despótico, autocrático e atrasado, outra tese apologética, durante e após a guerra, como proposto.⁹⁸

Gigante acorrentado

O autor não registra que o Paraguai era país de homens livres, com enorme quantidade de camponeses pequenos proprietários ou com acesso à terra, onde as comunidades nativas tinham suas propriedades comunitárias respeitadas, enquanto o Brasil era nação latifundiária de escravizados e escravizadores. Por essa razão, o Paraguai era, em todos os sentidos, socialmente mais avançado do que o Brasil.

Não discute a possibilidade da longa duração dos combates dever-se ao confronto *desigual* entre Estado escravista e nação de homens livres, ameaçada na sua independência [sob a organização social assinalada], desequilíbrio superado pela abismal desproporção de recursos em favor do Império. Determinação dos combates pela essência escravista do Estado brasileiro percebida – mas não compreendida – por Caxias, que, ao se referir à qualidade militar dos libertos, propôs: "[...] homens que não compreendem o que é pátria, sociedade e família, que se consideram ainda escravos [...]".⁹⁹ Apreciação compartilhada pelo coronel José Antonio Corrêa da Câmara, que explicou fracasso de assalto à posição paraguaia por "nossos soldados de infantaria" serem "os negros mais infames deste mundo, que chegam a ter medo até do inimigo que foge".¹⁰⁰

Saltando as questões estruturais ao conflito, o autor assume tom e conteúdo nacional-patriótico, propondo que os verdadeiros “heróis” aliancistas seriam "os [combatentes] que viveram" nas duras condições de Tuiuti, "durante dois anos, sem desertar ou pretextar doença".¹⁰¹ Desqualificação inaceitável de atos individuais socialmente positivos de milhares de soldados aliancistas que se escaferam de guerra das classes dominantes, lutada contra seus interesses.

Restringido a descrição a uma indiscutivelmente rica e valiosa narrativa política, diplomática e militar, explicando as suas origens e dinâmicas a partir da ação de protagonistas ilustres, o autor jamais se debruça sobre os grandes sujeitos dos

⁹⁸ Id.ib. p. 42

⁹⁹ Id.ib. p. 274.

¹⁰⁰ Id.ib. p. 275.

¹⁰¹ Id.ib. p. 216.

acontecimentos estudados, realizando em uma enorme hipérbole, restauração da velha historiografia nacional-patriótica.

Retorno às Trincheiras

Maldita guerra, na sua parcialidade, constitui narrativa dos sucessos no Prata de 1864-1870 desde os ponto de vista do Estado nacional brasileiro, ou seja, dos interesses gerais de suas classes dominantes, com um respeito apenas diplomático ao antagonista do Império, que tem todos seus atos e razões justificados ou apresentados sob a melhor luz, usando-se para tal fortemente os recursos da narrativa.

Perpassa a interpretação do conflito visão *relativista* da história das nações, onde todos os *interesses nacionais* são igualmente pertinentes. Conflitos nacionais que se resolvem à margem de qualquer *moralidade*, por serem *nacionais*. “Aqui não há ‘bandidos’ ou ‘mocinhos’, como quer o revisionismo infantil [sic], mas sim interesses. A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideu [...]; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino [...]; para os *blancos* [...] viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra [...] não era esperada [sic], nem desejada [sic], mas iniciada, pensou-se que a vitória [...] seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço [...] e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López.”¹⁰²

O tribunal da história julga a partir dos direitos dos povos. Há, portanto, sim, o certo e o errado, o justo e o injusto. Naquele então, o Paraguai tinha o direito de ter acesso livre ao mar, de resolver as questões de fronteira por arbitragem e de ter respeitado o seu governo. O Uruguai possuía, também, o direito de ter sua autonomia nacional intocada pelos poderosos vizinhos e que os criadores sul-rio-grandense respeitassem as leis do país. Ao desobedecerem esses direitos nacionais, o Estado imperial brasileiro e liberal argentino se comportaram como Estados *bandidos*, segundo a categoria usada pelo autor.

¹⁰² Id.ib. p. 96